

## EDITAL n.º 307/2023

Seleção pública de acadêmicos de **PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO** de instituições de ensino devidamente conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça

A **Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG)**, por meio do **Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf)**, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela [Lei Federal nº 11.788/2008](#), pela [Resolução CNMP nº 42/2009](#) e pela [Resolução PGJ nº 48/2021](#), e **Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande – ARPA RIO GRANDE**, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com sede na Avenida Padre Dehon, 155, Centro, CEP: 37.200-146, Lavras/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 17.067.402/0001-06, com base no Convênio nº 093/2016 firmado com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, torna público que serão abertas as inscrições para a seleção pública destinada ao preenchimento de vagas de estagiários de pós-graduação em Direito e à formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital.

### I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O processo seletivo realizar-se-á para a seleção de estudantes de pós-graduação em Direito.
2. São pré-requisitos para a nomeação do candidato aprovado neste processo seletivo:
  - a) ser bacharel em Direito;
  - b) ser estudante de curso de pós-graduação em Direito em instituições de ensino devidamente registradas nos órgãos competentes e conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça, cujo projeto pedagógico de curso de pós-graduação tenha previsão de estágio;
  - c) ser estudante de curso de pós-graduação com temática afeta à área temática escolhida;
  - d) ter disponibilidade de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no período da tarde;
  - e) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;
  - f) não possuir inscrição ativa nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil;
  - g) não ter exercido, anteriormente, o total de 2 (dois) anos de atividade de estágio de pós-graduação em Direito no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
3. As informações referentes a este processo seletivo serão divulgadas no Portal do MPMG, pelo endereço eletrônico: [mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/controle-de-convocacoes.shtml](http://mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/controle-de-convocacoes.shtml).

### II – DA OFERTA DE VAGAS

1. A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de 1 vaga existente na Promotoria de Justiça da comarca de Caxambu e à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no capítulo V deste Edital.
2. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas com deficiência que, no momento da inscrição, declararem tal condição, desde que as atribuições sejam compatíveis com as necessidades específicas do candidato com deficiência.

2.1. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e à provável causa da deficiência, e do qual conste expressamente que a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º, e incisos, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

2.2. Poderá ser exigida a comprovação da condição de deficiência por meio de perícia realizada por junta médica oficial.

2.3. O candidato com deficiência poderá requerer, fundamentadamente, no ato da inscrição, juntando laudo médico expedido no prazo máximo de 3 (três) meses antes do término das inscrições, majoração do tempo ou outra condição necessária para a sua realização da prova.

2.4. A solicitação de majoração do tempo ou de outra condição necessária para a realização da prova será avaliada pelo Departamento de Perícia Médica e Saúde Ocupacional (DPMSO), levando-se em conta o grau de dificuldade alegado em razão da deficiência.

2.5. Ressalvada a hipótese do item 2.4., o candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

3. Fica reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo aos candidatos que se declararem negros e se enquadrarem nos parâmetros das regras de preenchimento de vagas reservadas a candidatos negros, observando-se, precipuamente, o objetivo da política de ação afirmativa de inclusão social.

3.1. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido selecionado ou contratado, será imediatamente desligado, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, civis e penais.

3.3. O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros submeter-se-á a uma comissão de avaliação, que emitirá parecer quanto à veracidade e correção da autodeclaração prestada no ato da inscrição, quanto à condição de pessoa preta ou parda e ao fenótipo do candidato.

4. A convocação de candidatos classificados obedecerá, a cada 10 (dez) candidatos, à seguinte ordem:

- a) o primeiro, o segundo, o quinto, o oitavo, o nono e o décimo candidatos serão admitidos da lista de ampla concorrência;
- b) o sexto candidato será admitido da lista de candidatos com deficiência;
- c) o terceiro, o quarto e o sétimo candidatos serão admitidos da lista de candidatos negros.

5. Os candidatos com deficiência ou negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação na seleção, sendo que:

- a) os candidatos com deficiência ou negros, aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência, não serão computados para efeito de preenchimento das vagas reservadas;

- b) na hipótese de desistência de candidato com deficiência ou negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato classificado na posição imediatamente posterior;
- c) na hipótese de não haver número suficiente de candidatos com deficiência ou negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

6. Após o prazo de inscrição, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato das listas de pessoa com deficiência ou negros.

7. Os candidatos com deficiência ou negros participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida aos demais candidatos, em todas as etapas.

### III - DO ESTÁGIO

1. A jornada do estágio será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
2. Após o início das atividades de estágio de forma presencial será avaliada a possibilidade de realização das atividades de **forma remota ou híbrida**, desde que o candidato tenha disponibilidade de comparecer uma vez por semana às atividades do estágio de forma presencial, quando solicitado.
3. Fica assegurado ao estudante, integrante do programa de estágio do MPMG:
  - a) a realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao seu curso de formação;
  - b) o recebimento da bolsa-auxílio mensal, no valor de R\$ 1.850,00 (mil, oitocentos e cinquenta reais); a ser pago pela Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande.
  - c) a concessão de auxílio-transporte no valor de R\$ 12,00 (doze reais) por dia estagiado **presencialmente**; a ser pago pela Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande.
  - d) a concessão de seguro contra acidentes pessoais;
  - e) o recesso remunerado de 30 (trinta) dias anuais, nos termos da Resolução PGJ nº 48/2021.

### IV - DAS INSCRIÇÕES

1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer a [Resolução PGJ nº 48/2021](#) e este Edital.
2. O estudante interessado deverá preencher o formulário de inscrição disponível no endereço eletrônico <https://forms.office.com/r/SJUXsUctnJ>, no período de 8 de maio a 26 de maio de 2023.
3. Após preencher o formulário o candidato deverá enviar para o endereço eletrônico [picaxambu@mpmg.mp.br](mailto:picaxambu@mpmg.mp.br), no período de 8 a 26 de maio de 2023, os seguintes documentos:
  - Nome completo;
  - Cópia do CPF e RG;
  - Histórico escolar atualizado;
  - Comprovante de residência, endereço eletrônico e número de telefone;
  - Curriculum Vitae;

3.1. O pedido de inscrição encaminhado sem quaisquer dos documentos descritos acima será desconsiderado.

4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.

5. A constatação, em qualquer época, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição implicará a eliminação do candidato, com o cancelamento da sua inscrição e a anulação dos atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

6. Para solução de qualquer problema na inscrição, o candidato deverá entrar em contato pelo telefone (35) 3341-3044.

#### **V - DO PROCESSO SELETIVO**

1. O processo de seleção compreenderá uma primeira etapa, composta por análise curricular, segunda etapa composta por análise do histórico escolar, e terceira etapa, composta de entrevista, de caráter classificatório e eliminatório, mediante a distribuição de pontos conforme abaixo discriminado:

Análise curricular	40 pontos
Análise do histórico escolar	30 pontos
Entrevista	30 pontos
Total	100 pontos

2. Na análise curricular serão avaliados os seguintes critérios:

<b>Critério</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Pontuação Máxima</b>
Experiência Jurídica (realização de atividades de estágio de graduação em Direito no Ministério Público).	7,5 pontos (mínimo seis meses)	30 pontos
Experiência Jurídica (realização de atividades de estágio de graduação em Direito em outros órgãos públicos, em instituições privadas com ênfase na área jurídica ou escritórios de advocacia).	2,5 pontos (mínimo seis meses)	10 pontos

3. Serão convocados para a entrevista os dez primeiros candidatos classificados de acordo com a análise curricular e do histórico escolar, em ordem decrescente de notas, não podendo estas serem inferiores ao total de 25 pontos.

4. Poderão ser convocados para a entrevista os próximos dez candidatos classificados, de acordo com a análise da Promotora de Justiça, e assim sucessivamente, desde que alcançada a pontuação constante no item anterior.
5. A entrevista será realizada em data previamente agendada pela Promotoria de Justiça de Caxambu, com aviso de 02 (dois) dias úteis da realização da mesma, via e-mail informado pelo candidato.
6. À entrevista será atribuída nota de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos, sendo reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos.
7. Na entrevista serão avaliados:
  - Experiência profissional/qualificações/habilidades - resultados alcançados;
  - Perfil comportamental;
  - Linguagem e clareza para se expressar;
  - Interesse/Entusiasmo.
8. A classificação final será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, incluindo a etapa da entrevista, sendo os candidatos nomeados para ocupar as vagas disponibilizadas obedecendo-se estritamente a essa ordem, sendo desconsiderados os candidatos que obtiverem nota total inferior a 60 pontos.
9. Em caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato com maior idade, considerado o ano, o mês e o dia de nascimento.
10. O resultado do processo de seleção será divulgado no Portal e no Diário Oficial do MPMG.

## **VI - DOS RECURSOS**

1. O recurso contra quaisquer atos ou resultados do processo seletivo deverá ser interposto, fundamentadamente, por meio do formulário disponível no endereço eletrônico <https://forms.office.com/r/pw4w1L3aKx>, no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação.
2. O recurso será encaminhado para apreciação do avaliador, com cópia para o *e-mail* do candidato.
3. O recurso deverá indicar especificamente os motivos do pedido de reexame, sob pena de indeferimento sem análise do mérito.
4. O recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
5. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos ou recursos de classificação definitiva.

## **VII - DA CONVOCAÇÃO E DA NOMEAÇÃO**

1. O candidato classificado será convocado em observância da ordem de classificação, conforme disposto no capítulo VI deste Edital.

2. A convocação oficial será feita por *e-mail* pela Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos, mediante solicitação realizada pela unidade.
3. Após a convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:
  - a) aceitar a vaga ofertada;
  - b) solicitar a reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva;
  - c) desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.
4. Será considerado desistente o candidato que não responder à convocação no prazo estipulado.
5. Caso o candidato seja convocado para vaga distinta da prevista no capítulo II, poderá rejeitar a vaga ofertada, sem prejuízo de sua classificação no cadastro reserva.
6. É irretratável a desistência do candidato do processo seletivo.
7. Em caso de recusa ou desistência, poderá ser convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.
8. Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá encaminhar para o *e-mail* [estagio-nomeacao@mpmg.mp.br](mailto:estagio-nomeacao@mpmg.mp.br), no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, os seguintes documentos:
  - a) documento comprobatório atualizado de regularidade escolar, emitido pela instituição de ensino, com informação do prazo de duração ou da data estimada para encerramento do curso de pós-graduação;
  - b) comprovante de colação de grau no curso de Direito;
  - c) cópia da carteira de identidade e do CPF;
  - d) cópia do comprovante de endereço;
  - e) ficha de cadastro, conforme modelo disponibilizado no ato da convocação.
9. Após a apresentação dos documentos referidos no item 8, deverão ser providenciados, preferencialmente por meio do Sistema Eletrônico de Informações:
  - a) o termo de compromisso e o plano de estágio, assinados pela instituição de ensino, pelo supervisor do estágio e pelo estagiário;
  - b) a declaração pessoal de disponibilidade de horário e de inexistência de antecedentes criminais, conforme modelo disponibilizado pelo MPMG.
10. Além do previsto nos itens 8 e 9 deste capítulo, o candidato deverá encaminhar para o *e-mail* [estagio-nomeacao@mpmg.mp.br](mailto:estagio-nomeacao@mpmg.mp.br) os seguintes documentos:
  - a) exame médico admissional;
  - b) foto digital 3x4, em formato JPG, fundo branco e resolução mínima de 200 dpi;
  - c) certidão dos distribuidores criminais da Justiça Federal, da Estadual ou do Distrito Federal, onde haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;
  - d) folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia Civil Estadual ou do Distrito Federal, onde haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;
  - e) comprovante de licenciamento profissional junto à Ordem dos Advogados do Brasil, caso tenha a inscrição.

11. No prazo de 15 (quinze) dias contados da convocação, a falta de qualquer dos documentos exigidos implicará a não nomeação do candidato aprovado e a desistência tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.

12. O prazo para a conclusão do processo de nomeação poderá ser dilatado, a critério do responsável pela unidade para qual o candidato foi convocado.

13. As nomeações para início das atividades serão feitas em observância aos prazos previstos na [Resolução PGJ nº 48/2021](#).

## VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Para a solução de qualquer problema na convocação, o candidato deverá entrar em contato pelo *e-mail* [estagio-inscricao@mpmg.mp.br](mailto:estagio-inscricao@mpmg.mp.br) ou pelo telefone (31) 3330-9996.

2. Para esclarecimento de dúvidas referentes à inscrição, pontuação e realização da entrevista, o candidato deverá entrar em contato pelo *e-mail* [pjcaxambu@mpmg.mp.br](mailto:pjcaxambu@mpmg.mp.br) ou pelo telefone (35) 3341-3044.

3. O prazo de validade desta seleção pública é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, contado da data da publicação do resultado final da seleção.

4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determinam as legislações vigentes de estágio, os atos normativos da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMG e este Edital.

5. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o MPMG e para a ARPA.

6. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora do Ceaf.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2023.

**Elaine Martins Parise**  
Procuradora de Justiça  
Diretora do Ceaf

**Tânia Nagib Abou Haidar Guedes**  
Promotora de Justiça  
Responsável pelo Exame de Seleção Pública